

Barão do Rio Branco

ARTIGOS

Semana passada, dia 10, transcorreu o centenário da morte de José Maria da Silva Paranhos Jr., Barão do Rio Branco. Era filho de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco. O futuro visconde nascera em lar pobre, mas isto não o impediu de vir a ser deputado, senador, ministro de Estado, presidente do Conselho de Ministros, diplomata, jornalista; no Brasil escravocrata, logrou aprovar a lei do ventre livre, dando início ao processo da abolição; também atuara com êxito em litígios externos, levando consigo como secretário Juca Paranhos, que viria a ser o Barão do Rio Branco, já então era dado a História e Geografia. Desse modo, sua iniciação na seara diplomática se deu ao lado do pai e sob sua privilegiada orientação. Mais tarde, veio a ser nomeado cônsul em Liverpool, onde se encontrava quando, em França, se preparava a edição da Grande Enciclopédia do século 19 e seu nome foi indicado por amigos a colaborar na redação do verbete Brasil. Uma separata desse trabalho foi enviada a Rui Barbosa, que lhe fez caloroso elogio, e quando o velho litígio com a Argentina acerca das Missões foi submetido a arbitragem do presidente Cleveland, dos Estados Unidos, o barão veio a ser designado para defender a posição brasileira, o que fez com impressionante erudição. A sentença arbitral foi favorável ao Brasil. Não durou muito e novo processo de arbitramento seria submetido ao presidente da Confederação Suíça por escolha da França e do Brasil, envolvendo a fronteira com a Guiana Francesa. Outra vez amadurecidos estudos permitiram a Rio Branco apresentar o seu “trabalho monumental”, segundo Rui Barbosa, que assim resumia o bom sucesso: “Para esse Tribunal, aquele advogado; para aquele advogado, esse Tribunal”. Dizendo, noutro passo: “Hoje, literalmente do Amazonas ao Prata, há um nome que parece irradiar por todo o círculo do horizonte um infinito de cintilações: o do filho do emancipador dos escravos, duplicando a glória paterna com a de reintegrador do território nacional”. Desse modo, ele entrava no século 20 com duas vitórias espetaculares. Não estranha que

Rodrigues Alves o tivesse convidado para ministro das Relações Exteriores ao organizar seu gabinete. O barão hesitou por vários motivos, inclusive porque estava preparando a sede da embaixada em Berlim, onde teria espaço para a sua livraria e documentos, e onde pretendia estanciar. Aceitou-a por fim, estimulado entre outros por Joaquim Nabuco. Ao chegar ao Rio, cruzando as ruas nas quais, fazia anos, deixara de andar em carro aberto, foi recebido triunfalmente.

No Ministério, o caso do Acre o esperava. O Brasil tinha sustentado que o território era boliviano e que inexistia problema de fronteiras com a Bolívia. Esse não era o pensamento de Rio Branco, como não era o de Rui nem o de Assis Brasil. Pouco depois de tomar posse, o ministro dirigiu nota ao governo boliviano declarando que o Tratado de 1867 fora erroneamente interpretado e convidava o governo do país vizinho ao reexame do problema. Assim foi aberto o contencioso, que levaria ao Tratado de Petrópolis. Desse modo, com exceção da área do Acre meridional, então adquirida pelo Brasil, 900 mil quilômetros quadrados foram pacificamente reincorporados ao território nacional.

Dez anos o barão foi ministro e imprimiu ao palacete da Rua Larga o perfil da sua individualidade, a ponto de o ministério, embora ocupado por tantos brasileiros eminentes, ter passado a chamar-se casa de Rio Branco e esta a ser sinônimo de Itamaraty.

Para que não passasse em branco o centenário de seu passamento, nas limitações de um artigo, entendi de homenagear o saudoso servidor do Brasil, que adotou esta legenda: “Ubique patriae memor”. Mas não faltará quem pense que o fato recordado esteja a mostrar que em outros tempos não se faziam ministros para assegurar a maioria parlamentar e com ela usar o poder sem peias...

*Jurista, ministro aposentado do **STF**
PAULO BROSSARD*